

OS LIMITES DA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2021¹

Francisco Luiz Corsi²

Resumo: O presente artigo discute a frágil recuperação da economia observada a partir do terceiro trimestre de 2020, depois da forte contração da economia no início deste ano em decorrência dos múltiplos efeitos da pandemia de COVI-19. Buscamos mostrar que a tendência de baixo crescimento da economia brasileira, manifesta desde os anos de 1980, permanece em vigor. A política econômica neoliberal se mostra incapaz de enfrentar a situação de baixo crescimento de longo prazo, determinada por profundos problemas de ordem estrutural.

Palavras-Chave: Economia Brasileira, Crise, Política econômica

Abstract: This article discusses the fragile recovery of the economy observed from the third quarter of 2020, after the strong contraction of the economy at the beginning of this year due to the multiple effects of the COVI-19 pandemic. We seek to show that the downward trend of the Brazilian economy, manifested since the 1980s, remains in force. Neoliberal economic policy shows itself incapable of facing the long-term crisis situation, determined by deep structural problems.

Keywords: Brazilian Economy, Crisis, Economic Policy

¹ Uma versão preliminar do presente artigo foi publicada nos Anais do XXI Fórum de Análise de Conjuntura “Covid19: América Latina e os impactos multidimensionais da pandemia”, realizado em julho de 2021. Os temas aqui tratados foram discutidos na mesa Conjuntura Econômica Brasileira. Fizemos algumas atualizações e desenvolvemos algumas passagens, mas consideramos que, no fundamental, as proposições aqui apresentadas continuam a se sustentar.

² Professor de Economia Brasileira e Economia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

1- Introdução

O PIB do Brasil no primeiro trimestre de 2021, segundo o IBGE, cresceu 1,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. De imediato, o governo Bolsonaro tratou de anunciar a retomada em V da economia e a correção de sua política econômica. O mercado também ficou eufórico, e muitos analistas passaram a prever um crescimento da ordem de 5% em 2021. Os meios de comunicação favoráveis ao governo e as redes bolsonaristas na internet também propagandearam a saída da crise, pois a economia voltara ao nível de 2019. (IBGE, 2021).

Havia razão para essa euforia? A evolução da economia brasileira ao longo de 2021, como tentaremos indicar, logo demonstrou que essa euforia era infundada. Porém, a discussão dessa questão requer que contextualizemos a economia brasileira em uma perspectiva mais ampla. Ademais, é preciso levar em conta outros indicadores. O texto a seguir, que tem o caráter de notas, divide-se em mais três itens, além dessa concisa introdução. No primeiro item, abordamos a trajetória da economia brasileira nas últimas quatro décadas e a sua inserção na economia mundial. O segundo item trata dos impactos da pandemia do Coronavírus na economia brasileira e da sua recuperação em 2021. Por último, tecemos algumas observações gerais.

2- A economia brasileira: tendência ao baixo crescimento

A economia brasileira apresenta um padrão de acumulação de capital caracterizado por um baixo crescimento econômico desde a década de 1980. As causas desse comportamento são estruturais, embora inúmeros determinantes conjunturais também tenham contribuído de forma importante para esse resultado. Não seria possível, no entanto, nos estreitos limites da presente análise de conjuntura discutir em detalhes esses complexos processos. Todavia, se faz necessário algumas considerações gerais sobre esse ponto. A tendência ao baixo crescimento deve-se sobretudo ao esgotamento do desenvolvimentismo, que ruiu sob peso de suas contradições e das pressões externas advindas com a mundialização do capital. Para responder à crise estrutural dos anos de 1970, cuja causa subjacente foi a queda acentuada da rentabilidade do capital, as grandes empresas, os grandes bancos, os fundos de investimento e os governos dos países centrais, em especial dos EUA, buscaram reestruturar o sistema. Esta resposta se baseou, em linhas muito gerais, na reestruturação produtiva, na precarização das condições de vida e trabalho, no desmonte do Estado de bem-estar-social, na abertura comercial e financeira das economias nacionais, na

introdução de uma nova onda de inovações tecnológicas e na reconfiguração espacial da acumulação de capital em direção à Ásia, em particular à China. No capitalismo global, observa-se uma tendência de recuperação parcial da taxa de lucro até a crise de 2007, mas sem alcançar os patamares anteriores à crise (Roberts, 2016), a custo de uma constante ofensiva do capital contra o trabalho, o que resultou no incremento da desigualdade social e na piora das condições de vida e trabalho, além de ataques aos direitos sociais, as políticas sociais, a democracia e ao meio ambiente em âmbito mundial até os dias de hoje.

Este novo contexto, que foi se delineando gradativamente a partir do início da década de 1980, impactou inúmeros países periféricos, colocando em questão seus projetos de desenvolvimentos. O Brasil foi diretamente impactado por essas transformações. Sob o peso da crise da dívida externa, que estava intimamente vinculada à expansão do mercado financeiro e à política monetária norte-americana, e da severa crise inflacionária, também articulada à crise da dívida externa, a economia brasileira entrou em uma fase de descenso.³ Da crise do desenvolvimentismo também emergiu uma correlação de forças favorável à maior integração da economia brasileira ao capitalismo global, evidentes nas eleições de Collor e FHC. Um dos resultados desse complexo processo político e econômico foi a adoção de políticas econômicas neoliberais, inspiradas no chamado Consenso de Washington. A política econômica, sobretudo no governo FHC, se baseou na desregulamentação e abertura comercial e financeira da economia, nos processos de privatizações, na redução do papel do Estado na atividade econômica e no ataque aos direitos trabalhistas e sociais, consagrados na recém promulgada Constituição de 1988.

O Brasil, acompanhando a trajetória de muitos países periféricos, se inseriu de forma cada vez mais subordinada e dependente na economia mundial, abdicando de qualquer autonomia nacional. Também apresentou uma tendência de queda da lucratividade que está na base do baixo dinamismo da economia brasileira. Em decorrência dessas e de outras determinações a economia brasileira, nas últimas quatro décadas, vive um processo de regressão de sua estrutura produtiva, caracterizado pela desindustrialização e pela reprimarização das exportações. Ademais persistem os históricos e graves problemas de miséria e desigualdade social (Filgueiras, 2018; Camargo, 2015; Prado, 2017; Marquetti; Hoff; Miebach, 2017).

Entre 1930 e 1980, na chamada fase desenvolvimentista, a economia brasileira apresentou um crescimento médio do PIB de 6,31% a.a. Do início do período neoliberal até 2020, o

³ Ver a respeito desse processo, entre muitos outros, Carneiro (2002).

crescimento foi medíocre, 2,1% a.a., o que indica, do ponto de vista do crescimento da economia, o rotundo fracasso das políticas neoliberais. Neste intervalo de tempo, a renda *per capita* cresceu cerca de 1% a.a. No interior desse quadro, a performance do governo Lula representou uma descontinuidade, dado que a atividade econômica, entre 2003 e 2010, sofreu um incremento médio anual da ordem de 4%. De maneira bastante esquemática, podemos atribuir esse comportamento aos seguintes fatores: boom de *commodities* e a adoção de políticas votadas para estimular o mercado interno e para enfrentar os graves problemas sociais. No entanto, a política macro econômica neoliberal não foi abandonada e conviveu com essas medidas voltadas para estimular o mercado interno. Isto só foi possível em virtude da diminuição da vulnerabilidade externa decorrente da melhora do balanço de pagamentos, fruto do boom de *commodities* e da entrada volumosa de capital estrangeiro na economia. Também só foi possível graças a alteração na correlação de forças entre as frações das classes dominantes, com aumento do peso político dos setores vinculados ao mercado interno, em detrimento do capital financeiro e do capital estrangeiro, diante do fracasso das políticas implementadas por FHC e do crescente descontentamento popular (Prado, 2017; Sampaio Jr., 2020; Camargo, 2015; Filgueiras, 2018, Corsi, 2018).

A crise mundial aberta em 2007/2008 e seus múltiplos desdobramentos, sobretudo o fim do boom de *commodities*, mas também a queda dos lucros, o acirramento das contradições econômicas e políticas internas e os equívocos na condução da política econômica por parte do governo Dilma, colocaram em evidência os limites deste curto momento de expansão da acumulação de capital, que se baseava, em boa medida, no incremento do consumo. A partir de 2011 a economia começou a desacelerar. Entre 2011 e 2014, observou-se um crescimento médio de 2,3% ao ano. Em 2015 e 2016, o Brasil viveu gravíssima recessão. A retomada a partir de 2017 foi oscilante e pífia, reafirmando o fracasso da política econômica e das reformas neoliberais. Entre 2015 e 2019, o crescimento médio anual do PIB foi de cerca de -0,5%, caracterizando uma estagnação (Camargo, 2015; Prado, 2017; Filgueiras, 2018, Corsi, 2018; IPEA, 2021).

Ao contrário do propalado pelo discurso oficial, a economia estava desacelerando quando foi atingida pela crise mundial desencadeada pela pandemia⁴. Em 2019, o crescimento do PIB foi

⁴ No que se refere à economia mundial, é importante observar que a pandemia não foi a causa principal da crise, mas sem dúvida foi o seu gatilho. Na verdade, o capitalismo global não se recuperou da crise estrutural aberta em 2007/2008 e vinha apresentando uma trajetória oscilante e de baixo desempenho. Apesar de em alguns momentos parecer ensaiar uma recuperação mais forte, desde 2018 a tendência era de declínio da atividade econômica. Os problemas relativos à baixa rentabilidade, ao elevado endividamento de empresas, bancos, governos e famílias, ao excesso de capital fictício e aos cada vez mais graves problemas ambientais, que estavam subjacentes a crise estrutural de 2007/2008, não foram resolvidos, o que indica que a saída da crise está longe e implicará, como em outros momentos de crises de grande envergadura, uma reestruturação

de 1,41%, depois de crescer 1,30% em 2017 e 1,78%, em 2018. No primeiro trimestre de 2020, o PIB sofreu uma contração de 0,27%. Cabe lembrar que os efeitos da pandemia na economia brasileira só se fizeram sentir de forma relevante a partir de março de 2021. Portanto, a economia estava longe de um momento de aceleração como afirmava o ministro Paulo Guedes em seus pronunciamentos à época. (IPEA Data, 2021).

3- A economia brasileira e a pandemia

Os efeitos da crise vinculada ao COVID 19 se fizeram sentir com força no segundo trimestre de 2020. A economia brasileira também sentiu os efeitos da profunda retração da economia mundial. Neste trimestre, o PIB sofreu uma retração de 10,90% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que acarretou um aprofundamento do desemprego, que já era elevado antes da recessão, sendo que a taxa de desemprego atingiu a cifra de 14,1% no trimestre (IBGE, 2022).

Estes números indicam a profundidade da recessão. O governo inicialmente ficou inerte diante do agravamento da situação a partir de março, adotando uma posição de minimizar a crise. O governo avaliava que o problema da COVID 19 seria passageiro e assim esperava que seria possível rapidamente superar a crise e manter a política de austeridade. Mesmo quando ficou evidente a falácia dessa avaliação, manteve sua postura negacionista. Porém, frente à deterioração rápida da situação econômica e social, que acarretou fortes pressões de diferentes setores, o governo Bolsonaro foi impelido a alterar a política econômica ortodoxa, adotando medidas para combater os efeitos da crise.

Entretanto, isso ocorreu depois de muita hesitação e procrastinação. Cabe lembrar que o Congresso Nacional, diante da situação de calamidade pública, tomou a iniciativa política e aprovou importantes medidas para o enfrentamento da situação. A principal delas foi a aprovação do Auxílio Emergencial para os trabalhadores desempregados e informais e para os microempreendedores individuais. O referido auxílio foi dividido em cinco parcelas de R\$ 600,00

do sistema. Reestruturação que já está em curso, mas ainda é muito cedo para sabermos os seus contornos mais definitivos. Mesmo a China, que se transformou no polo dinâmico da acumulação de capital em escala mundial e é candidata a novo centro hegemônico do capitalismo global, apresentou significativa desaceleração, indicando que sua estratégia, adotada para responder à crise estrutural, de redirecionar a economia para o seu imenso mercado interno e diminuir a sua dependência em relação aos EUA tinha limites estreitos, o que a levou novamente a apostar em uma expansão calcada no mercado externo, consubstanciada no projeto da Nova Rota da Seda, que poderia absorver o seu excesso de capital. Mas que até o momento não apresentou resultados mais significativos no que toca ao crescimento da economia, em parte porque a economia mundial caminha em marcha lenta. A recessão que se abateu sobre a economia mundial em 2020 só pode ser entendida neste contexto (Corsi, 2018; 2021).

e posteriormente estendido, mais quatro de R\$ 300,00 foram adicionadas ao programa. Esta medida abarcou cerca de 70 milhões de pessoas. Isto significou a injeção de recursos da ordem de R\$ 300 bilhões na economia, o que evitou uma queda mais aguda da atividade econômica e do desemprego. Outras medidas relevantes aprovadas pelo Congresso foram as seguintes: o chamado orçamento de guerra, que permitiu para o ano de 2020 flexibilizar o teto de gastos no que se referia aos dispêndios relativos à pandemia; a flexibilização da chamada “regra de ouro”, que proíbe a contratação de novas dívidas para financiamento de gastos correntes. Paralelamente, o governo adotou outras medidas, sendo as mais relevantes: recursos adicionais para o Ministério da Saúde; recursos para o financiamento da folha salarial, referentes às medidas que permitiam a suspensão dos contratos de trabalho e da redução de jornada com salários reduzidos; transferência de recursos para estados e municípios e a injeção de liquidez na economia, visando a proteção do sistema bancário (Corsi, 2021). No entanto, o teto dos gastos públicos, que representa um dos pilares centrais da defesa dos interesses das classes dominantes, em particular do sistema financeiro, não foi revogado, mas teve apenas sua implementação suspensa enquanto perdurar a pandemia.

Estas medidas não conseguiram evitar a forte retração economia, embora possam ter evitado uma queda mais aguda. Em 2020, a retração foi de 4,1%, uma das mais profundas na história da economia brasileira. No último trimestre, a taxa de desemprego situou-se em 13,9%, mais que o dobro da taxa observada em 2014 (6,5%). O desemprego continuou a avançar no primeiro trimestre de 2021, mesmo depois da economia ter iniciado uma tímida recuperação, atingindo a cifra de 14,7% da força de trabalho, o que representava 14,8 milhões de desempregados. A este número se somava 6 milhões de desalentados. No total, mais de 20 milhões de trabalhadores encontravam-se sem emprego naquele momento. A taxa de subutilização da força de trabalho atingiu, neste período, 29,7% da força de trabalho. A taxa de informalidade em fevereiro de 2021, alcançou 39,5% do mercado de trabalho, o que significa que 34,029 milhões de trabalhadores estavam na informalidade. Também cabe assinalar que, entre 2020 e 2021, a renda média *per capita* declinou 11,35%. Ou seja passou de R\$ 1.122 para R\$ 995,00. Tal queda deveu-se não apenas à recessão, mas também decorreu da crescente inflação, que apresentou tendência de alta desde junho de 2020. Estes dados são indicativos da deterioração da situação econômica e social do país (IBGE, 2021; FGV, 2021).

Não obstante o mergulho que a economia deu no segundo trimestre de 2020, sinais de recuperação começaram a ser observados já no terceiro trimestre deste ano. Movimento que se confirmou no trimestre seguinte. No terceiro trimestre, a economia cresceu 7,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior, cabendo destacar o crescimento do setor industrial, que foi de

15,2%. Os serviços cresceram mais modestamente, enquanto a agropecuária manteve-se estagnada. O consumo das famílias cresceu 7,5% e os investimentos 10,2%. No quarto trimestre de 2020 a economia continuou a recupera-se, só que a taxa de crescimento tendeu a desacelerar. Nestes dois trimestres, o PIB cresceu (contra o ano anterior) respectivamente 3,1% e 1,2% (IBGE, 2021).

No primeiro trimestre de 2021, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a economia, como já mencionamos, cresceu 1,0% e em relação ao último trimestre de 2020, 1,2% (IBGE, 2021). Este comportamento da economia levou o mercado e o governo a projetarem um crescimento da ordem de 5% para 2021. Estimativa que foi sendo reduzida pelo mercado, à medida que ficava evidente a fraqueza da recuperação.

De qualquer maneira, cabe indagar acerca das razões dessa recuperação. Vários fatores concorreram para a retomada da atividade econômica, dentre eles cabe destacar: a expansão da agropecuária, a injeção de recursos vinculados ao auxílio emergencial, a queda da taxa de juros, a ampliação do gasto público, o bom desempenho da balança comercial, as medidas voltadas para ampliar a liquidez na economia e o relaxamento do isolamento social, que acabou custando muitas vidas. Outro fator relevante foi a adequação das empresas à nova situação, o que levou a uma forte expansão dos serviços online.

O setor agropecuário, entre o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro do ano seguinte, cresceu 5,2%, puxando a retomada. Este desempenho contou com a elevação dos preços das *commodities* e com a desvalorização da moeda. A indústria extrativa também se beneficiou destes fatores. Embora o peso da agropecuária no PIB seja relativamente pequeno (6,8%, em 2020), a cadeia produtiva do setor representa cerca de 20% do PIB. Outro setor que teve um desempenho positivo foi o industrial, que cresceu no mesmo período, 3,0%, enquanto os serviços, que representam 72,8% do PIB, apresentaram uma contração de 0,8%. A construção civil declinou 0,9%. O baixo desempenho desses dois setores, que empregam grande quantidade de mão-de-obra, ajuda a explicar os elevados índices de desemprego (IBGE,2021; CEPEA, 2021).

Sob a ótica das despesas, no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, verifica-se um declínio do consumo das famílias de 1,7%, em razão da inflação elevada, do fim do auxílio emergencial e do desemprego elevado. Também se observa uma queda no consumo do governo de 4,9%. Por sua vez, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) sofreu um aumento de 17,0%. Apesar do crescimento da produção de bens de capital e do desenvolvimento de softwares, esse número está distorcido, dado que o IBGE contabiliza a formação de estoques como

investimento, e esta foi forte no primeiro trimestre de 2021 (IBGE,2021; IPEA, 2021).

Entretanto, precisamos ver com cautela a recuperação, pois estes números estão distorcidos por um efeito estatístico, dado que a base de comparação é muito baixa. Segundo alguns analistas, o carregamento estatístico do ano anterior explicaria cerca de 4% do crescimento esperado para 2021. Também é preciso assinalar que recuperar o nível de atividade econômica do final de 2019 não é muito significativo, uma vez que a economia estava praticamente estagnada. Também é importante mencionar que o PIB do primeiro trimestre de 2021 encontra-se 3,1% abaixo do registrado no primeiro trimestre de 2014.

Esta recuperação, contudo, mostrou fôlego curto e os indícios sugerem uma retomada problemática, incapaz de incrementar o emprego e a renda de maneira mais sustentável. No segundo e terceiro trimestres de 2021, observa-se um declínio da atividade econômica, tendo o PIB sofrido respectivamente uma retração de 0,4% e de 0,1% contra o trimestre anterior. Os fatores que explicam esse declínio no crescimento são os seguintes: o fim do auxílio emergencial⁵, que acarretou uma redução do consumo; a inflação em alta, que corrói a renda do trabalhador; a elevação da taxa básica de juros, que de maneira defasada atinge negativamente o consumo e o investimento, e a permanência de elevadíssima taxa de desemprego. Ademais, em uma situação de baixa rentabilidade, a acumulação de capital não se mostra capaz de puxar a economia⁶. Outros fatores que também contribuem para esse processo são a capacidade ociosa em torno de 20% e o elevado endividamento das empresas. Ao que se soma o endividamento das famílias e a instabilidade política vivida pelo país desde o início do governo Bolsonaro⁷.

O crescimento de 0,5% do PIB observado no quarto trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior e de 1,6% em relação ao mesmo período do ano passado não altera esse quadro. No ano, o crescimento foi de 4,6%, sendo que os serviços cresceram 4,7% e a indústria 4,5%, enquanto a agropecuária apresentou uma queda de 0,2%. A taxa de investimento foi de 19,2% do PIB, em 2021,

⁵ O auxílio emergencial, retomado entre abril e novembro 2021, contemplou 35 milhões de pessoas, que receberam 7 parcelas, variando de R\$ 150 a R\$ 375.

⁶ Segundo Marquetti (2017), a taxa de lucro no Brasil tem apresentado uma tendência de queda de longo prazo, do patamar de 80%, em meados dos anos de 1950 para 20% no final da década de 2010. Dessa forma, acumulação está em marcha lenta, o que impacta diretamente no nível de emprego e dos salários.

⁷ A utilização da capacidade instalada na indústria de transformação, em dezembro de 2021, foi de 79,7%, no mesmo patamar da média histórica anterior à pandemia (79,5%), mas abaixo da média do período 2014-2016, que foi, no primeiro trimestre de 2014, 82,6%. Entre março de 2011 e março de 2021, as dívidas das empresas de capital aberto, em termos reais, passou 75,9% do patrimônio líquido para 115,4%. Apesar de ligeira queda na inadimplência, o endividamento das famílias, em 2021, atingiu a média de 70,9%, o que representa uma elevação de 4,4% comparativamente a 2020 (IEDI, 2022).

ante 16,6%, em 2020, o que ajuda a entender o parco crescimento (IBGE, 2022). Este número está artificialmente inchado e dificilmente se repetirá em 2022. Os números do PIB estão superdimensionados, como já assinalado, pela baixa base de comparação, dado que a retração da economia em 2020 foi muito forte. Estima-se que o carregamento estatístico em 2021 em relação a 2020 tenha sido de 3,5%. O PIB do quarto trimestre de 2021 encontra-se 2,8% abaixo do PIB do mesmo período de 2014. O fato da economia ter recuperado o nível de 2019, como também mencionamos, não é alvissareiro, pois neste ano a economia apresentou um desempenho medíocre. Ademais, a taxa de desemprego permanece elevada e observa-se uma retração da renda do trabalho. As previsões dos analistas do mercado para o próximo ano são pessimistas, estima-se um crescimento de cerca de 0,5%.

A retomada da economia foi acompanhada de crescente inflação, que superou as metas estabelecidas pelo Banco Central para o período. O IPCA acumulado no ano de 2021 foi de 10,06%, sendo que o teto superior da meta era de 5,25% (IBGE,2021; IPEA, 2021). A elevação dos preços resulta dos seguintes fatores: desvalorização da moeda, problemas de fornecimento de insumos em decorrência da desorganização de cadeias produtivas no contexto da pandemia, incremento do preço da energia elétrica devido à crise hídrica, elevação dos preços dos alimentos e elevação dos preços das *commodities*, sobre os quais não temos controle. O crescimento do consumo é diretamente afetado pela elevação dos preços, que corrompem o poder aquisitivo, particularmente dos mais pobres.

Prezo a política de metas de inflação e a ortodoxia neoliberal, o Banco Central implementou um forte aperto monetário a partir de março de 2021, apesar da inflação não resultar de pressões de demanda, que se encontra retraída. Aposta é retrair ainda mais a demanda agregada para conter a elevação dos preços. A taxa SELIC fechou o ano em 9,25%, depois de ter permanecido em 2% entre agosto de 2020 e março do ano seguinte. Um dos objetivos dessa medida é atrair o capital estrangeiro, que tinha saído ao longo de 2020 em grandes volumes do país, de volta para as aplicações especulativas e, desta maneira, valorizar a moeda. A valorização também seria impulsionada pelo bom desempenho das exportações. O governo considera a valorização do real essencial para conter as pressões inflacionárias. Esta política favorece os interesses financeiros e rentistas, que seriam beneficiados pelo incremento dos juros. Ou seja, a política macroeconômica neoliberal baseada em metas de inflação, equilíbrio fiscal, câmbio flexível e agora acrescida do teto dos gastos públicos, continua intocada.

No entanto, esta política terá efeitos deletérios sobre a economia. Para começar, quanto mais alto os juros, maior será a deterioração das finanças públicas. A elevação dos juros também terá

efeitos negativos sobre o investimento e o consumo. Ademais, o governo Bolsonaro está imprimindo um aperto fiscal. Portanto, indícios sugerem que a política econômica adotada pode limitar a já problemática recuperação da economia. Ao mesmo tempo em que os problemas estruturais continuam a não ser enfrentados. Os indícios denotam que a tendência de baixo crescimento continuará nos próximos anos, ainda mais em um contexto internacional de crescente instabilidade política e econômica, que marca o atual momento de luta pela hegemonia e de busca de uma saída da crise estrutural do capitalismo global.

4- Considerações finais

Enfim, os indícios apontam que a recuperação da economia é débil e não logrará impulsionar um crescimento acelerado e inclusivo, mantendo-se dessa maneira a tendência de baixo crescimento. Os problemas estruturais que a determinam estão intocados. Nestas circunstâncias, muito provavelmente, as contradições econômicas, políticas e sociais do Brasil continuaram a se agravar.

A posição periférica do Brasil no capitalismo global em crise e a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores limitam as possibilidades de desenvolvimento do país. O projeto da burguesia dependente e subalterna é de um país primário exportador com um setor financeiro robusto, sustentado na valorização fictícia do capital, sobretudo por meio da especulação com títulos da dívida pública. Um setor de serviços intensivo em mão-de-obra com baixa remuneração e um setor industrial acanhado. Neste projeto, não existe espaço para as classes populares. Não há espaço para políticas sociais abrangentes, que enfrentem os históricos problemas da desigualdade social e da miséria, como também não há espaço para a defesa do meio ambiente e para uma democracia substantiva.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Nelson. Qual foi o impulso fiscal de 2020? Folha de São Paulo, p. A22, 28/05/2021.
- BASTOS, Pedro P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas, IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 258, 2015.
- BCB - Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em www.bcb.gov.br.
- BELUZZO, Luiz G.M.; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. Campinas: FACAMP, 2017.
- CNI. Indicadores industriais. Rio de Janeiro, n.9, 2021.

CAMARGO, José M. Evolução recente da economia brasileira e distribuição da renda. In: CORSI, Francisco L. ;CAMARGO, José M.; SANTOS, Agnaldo (Orgs). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CARNEIRO, R. **O desenvolvimento em crise**. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**. Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CORSI, Francisco L. A crise econômica brasileira: a questão do fundo público. In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo e CAMARGO, José M. (Orgs.). **A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise**. Bauru: Canal 6, 2017.

_____. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018). **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 29-46, jul-dez, 2018.

_____. A crise do capitalismo global. In: ALVES, G. A.; CORSI, F. L. (Orgs.). **A crise do capitalismo global**. O capital e suas contradições. Bauru: Canal 6, 2018.

_____. A economia brasileira em tempos de pandemia. In: CORSI, Francisco. L.; SANTOS, Agnaldo; MENDONÇA, Marina. G. (Orgs.). **A conjuntura latino-americana**. Instabilidade e resistência. Marília: Praxis, 2021.

_____; SANTOS, Agnaldo. ; CAMARGO, José. M. A crise do capitalismo global aberta em 2007: bolhas especulativas e os novos espaços de acumulação na periferia. In: ALVES, Giovanni A.; CORSI, Francisco L. (Orgs.). **A crise capitalista no século XXI**. Um debate marxista. Marília: Praxis, 2021.

FILGUERAS, L. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2012.

_____. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v.31, n.84, p. 519-534, set/dez 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IBGE. Série Estatísticas, 2022. Disponível em [www. http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12).

_____. Contas nacionais trimestrais, 2021. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/5452d8356484c9bf115862b4f64d9079.pdf.

IEDI. Grau de industrialização do Brasil e do Mundo. Disponível em https://iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque_iedi_20210621.html -. Consultado em 28/06/2021.

IPEA. DATA, 2022. Disponível em www.ipeadata.gov.br .

MARQUETTI, A. A. ; HOFF, C.; MIEBACH, A. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira, 2017.

_____; Porse, M. Padrões de mudança técnica nas economias latino-americanas: 1963-2008. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.26, n.2 (60), p. 459-482, 2017.

PRADO, E. F. S. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.37, n. 3 (148), p. 478-503, jul/set 2017.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

_____. Brasil: caminhos desgastados e o futuro da economia, 2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/brasil-dois-caminhos-desgastados-e-o-futuro-da-economia/>

ROBERTS, Michael. **The long depression**. Chicago: Haymerbooks, 2016.

SAMPAIO JR., Plínio de A. Na ausência de um projeto de nação, o Brasil revelou-se particularmente vulnerável aos efeitos destrutivos da globalização. Disponível em: <https://aterraéredonda.co..br>. Consultado em 01/07/2021.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Geração, 2013.